

DE ROCINHA A VINHEDO: A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA

From Rocinha to Vinhedo: the importance of History

André PIRES*

RESUMO

Proponho, ao longo deste artigo, que o processo de transformação social impulsionado pela conversão de áreas agrícolas para casas de moradia, ocorrido no município de Vinhedo (SP) nas últimas décadas, pode ser melhor compreendido se atentarmos para a história desta localidade. Procuro mostrar um projeto de desenvolvimento da cidade que visava à transformação do perfil econômico do município, o qual deveria deixar de ser dependente da agricultura a partir do fortalecimento do setor industrial. A consequência inevitável disso tudo seria o acréscimo de novos moradores e a transformação da configuração socioespacial do município. Entendo, portanto, que o desenvolvimento imobiliário não chegou de uma hora para outra, mas fez parte de um projeto de desenvolvimento cujas raízes podem ser encontradas nos jornais do município nos anos cinquenta.

Palavras-chave: Vinhedo, agricultura, transformação social

ABSTRACT

I consider, throughout this article, that the process of social transformation stimulated by the conversion of agricultural areas for housing houses, occurrence in the city of Vineyard (SP) in the last few decades, can better be understood if to attempt against for the history of this locality. I look for to show a project of development of the city that it aimed at to the transformation of the economic profile of the city, which would have to leave of being dependent of agriculture from the reinforcement of the industrial sector. The inevitable consequence of this everything would be the addition of new inhabitants and the transformation of the socioespacial configuration of the city. I understand, therefore, that the real estate development did not arrive of one hour for another one, but it was part of a development project whose roots can be found in periodicals of the city in the Fifties.

Keywords: Vinhedo, agriculture, social transformation.

* Prof. Faculdade de Ciências Sociais da Puc-Campinas
Pesquisador do Laboratório de Estudos de Antropologia e Etnologia (LET)

Num trabalho anterior (Pires, 2007), busquei evidenciar que uma das transformações recentes nas significações da categoria rural deu-se no sentido de considerá-la não apenas como um espaço de produção - sobretudo de alimentos e de fibras - mas também como um espaço de consumo. O rural deixou de estar imediatamente associado a um setor da economia, o primário, e passou a ser visto - seja pela literatura especializada seja pelos os gestores públicos - como um espaço diversificado cuja função pode estar relacionada também a outras atividades, especialmente, a moradia e o turismo. Essa transformação, como procurei mostrar, relacionou-se com mudanças mais amplas pelas quais as sociedades genericamente designadas como ocidentais passaram nas últimas décadas.

O município de Vinhedo, no estado de São Paulo, pareceu-me um bom estudo de caso para pensar sobre essas transformações porque o seu desenvolvimento segue, em linhas gerais, a passagem de um rural percebido como espaço de produção para um mais diversificado. De um município essencialmente agrícola no momento de sua formação - mas que já possuía um pequeno parque industrial -, Vinhedo passou a ser, desde meados dos setenta, um local de atração de moradores, sobretudo das classes média e alta de origem urbana. Além disso, observa-se mais recentemente esforços no sentido de promover o turismo na região, tanto o ligado às atividades agrícolas como o de mero entretenimento.

Neste artigo, intenciono mostrar que essas transformações no perfil econômico do município, da chegada de novos moradores e do incremento das atividades relacionadas ao consumo, observados contemporaneamente, não ocorreram de forma abrupta. Se olharmos a história de Vinhedo desde a sua emancipação, no final dos anos quarenta, podemos encontrar pistas que nos ajudam a entender o momento atual. Meus argumentos baseiam-se, sobretudo, no material coletado junto a exemplares de dois jornais do município publicados nos anos cinquenta, *Folha de Vinhedo* e *O Vinhedense*.



Exemplo de capa do *Vinhedense*, 1958

“O município de Vinhedo, com 300 km² de superfície está situado a 84 kms de São Paulo, servido pelas estradas Anhangüera e Paulista de Estrada de Ferro. Está a 730 metros de altitude, possuindo excelente clima, água em abundância, rede de esgoto em todo perímetro urbano, ruas sarjetadas sendo a principal calçada. Moderno grupo escolar abriga mais de 800 crianças, sendo que para o ensino secundário cogita-se na criação de um ginásio. Dois estabelecimentos bancários, Caixa Econômica Estadual, Coletoria Estadual, quatro clubes de esporte, duas associações beneficentes, três grandes indústrias e vinte pequenas. Existe na prefeitura municipal lei que isenta de impostos outras indústrias que se instalarem no município. Sua principal atração turística condiciona-se a grande Festa da Uva, realizada anualmente no mês Janeiro ou Fevereiro, quando inúmeras pessoas de todos os recantos do estado para aqui vêm para apreciar as exposições de frutas e outras atrações que a festa oferece. Vinhedo possui 6 milhões de pés de uva. A população de Vinhedo eleva-se a 9 mil almas, sendo seis na zona rural e três na zona urbana. Dentre os seus inúmeros bairros, destaca-se o de Louveira, situado a 7 kilometros da sede, possuindo grande número de residências modernas, comércio intenso, cerâmicas, olarias, oferecendo toda área uma visão magnífica de seus extensos parreirais de uvas finas” (Folha de Vinhedo, 12 de janeiro de 1951, p. 2).

Na apresentação da cidade do primeiro número do jornal *Folha de Vinhedo*, reproduzida acima, pode-se notar um certo fascínio pelos contornos urbanos que a cidade começa a adquirir, assim como pela sua nascente indústria. Foi preciso enfatizar que as ruas eram sarjetadas e a principal, calçada. Apesar de grande parte da economia do município girar em torno das atividades agrícolas, tudo leva a crer que havia um projeto político de transformação desse perfil. Apenas dois anos após a emancipação, já havia uma lei que isentava de impostos municipais as indústrias que

quisessem se juntar às três grandes existentes (Cerâmica Jatobá, Tecelagem Storani e Atlas) além de outras vinte pequenas indústrias que por lá já haviam se instalado. Nesta apresentação, valiosa por ser a primeira, a agricultura aparece após a menção à principal atração turística da cidade: a Festa da Uva. É importante considerar que o turismo já era relacionado com a festa. Esse grande acontecimento, como veremos no capítulo quatro, é algo que movimenta a cidade e oferece oportunidade única do município se firmar tanto no cenário político regional como internamente para seus moradores. Não podemos deixar de lembrar a referência a uma certa qualidade de vida de Vinhedo, representada por seu excelente clima, água em abundância e redes de esgoto. A cidade, entretanto, já enfrentava sérios problemas em termos do abastecimento de água. Mas a valorização dessa qualidade de vida, observada nos anos cinquenta, será um elemento importante para entendermos o processo ulterior de desenvolvimento imobiliário. Vejamos alguns dados preliminares que nos permitem pensar sobre as transformações pelas quais a cidade passou.

No começo dos anos cinquenta, a cidade possuía cerca de oito mil e quinhentos habitantes. Após cinquenta anos, em 2000, a população da cidade eleva-se para cerca de cinquenta mil, isto é, aumentou cerca de seis vezes e meia (Cf. Censos Demográficos). De acordo com o jornal *Folha de Vinhedo*, na década de cinquenta, 2/3 da população vivia na zona urbana e 1/3 na zona rural. Meio século depois, temos uma situação bastante diversa, com 97,8% dos habitantes vivendo em áreas consideradas urbanas.

A agricultura, principal atividade econômica da cidade nos anos cinquenta, abrigava cerca de 300 famílias que viviam essencialmente da plantação de uvas. Sobre o número de pés de uva, as fontes indicam uma certa imprecisão, podendo variar de seis a sete milhões de pés na década de cinquenta. Em 2003, de acordo com estimativas do agrônomo da Casa da Agricultura do município, Nelson Pupo, há cerca de seiscentos e cinquenta mil pés de uva em Vinhedo. Em 2002, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), base de dados produzida pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, 15.012 trabalhadores formais estavam empregados na cidade. A indústria é o setor que mais emprega trabalhadores

formais na cidade (46,4%), seguida pelo setor de serviços (33,9%) e comércio (16,7%). Vê-se, portanto, que nos últimos cinquenta anos a cidade foi palco de transformações expressivas no que diz respeito ao tamanho de sua população, ao local onde esta vive e à sua base econômica. Vejamos, nas páginas que se seguem, a sociogênese desse processo.

A VIDA SIMPLES DE ROCINHA

Antes da emancipação político-administrativa de Jundiá, ocorrida em 1949, Vinhedo era conhecida como Rocinha. Numa interessante matéria, extraída de um jornal do município dos anos cinquenta, o autor conta um pouco sobre a história da cidade. O leitor pode observar que a antiga Rocinha sempre foi lugar de passagem, primeiro de boiadeiros e depois de passageiros, com a instalação da estação de trem.

“Já sabemos por exemplo, que o distrito de Rocinha foi criado em 31 de outubro de 1908. Sabemos igualmente que a estação de Rocinha foi inaugurada em abril de 1872. Contam os velhos moradores do lugar que a fundação de Rocinha data de antes dessa época, pois muito antes da inauguração da estação da estrada de Ferro da Paulista, já existiam casas na localidade, que, por sinal, situavam-se onde hoje chamamos muito acertadamente de Rocinha Velha. O próprio nome de Rocinha tem uma explicação. Dizem que boiadeiros que transitavam para São Paulo transportando grandes boiadas paravam aqui e usavam a expressão rocinha para se referir ao lugar onde costumavam descansar” (Folha de Vinhedo, 13 de agosto de 1952, p.1).

Em 2003, um agricultor da cidade, cuja família reside há muito tempo em Vinhedo, contou que o nome Rocinha foi dado pela companhia de trem de forma um tanto quanto unilateral. Talvez seja por isso que, logo após a emancipação do município, tenha se escolhido um novo nome para a localidade.

“A cidade era o seguinte. Começou com a estação da linha do trem. Aí quando fizeram a estação, a própria companhia botou um nome lá na estação. Não perguntaram nada para ninguém. Vamo fazer uma estação aqui, eles olharam em volta. Dizem que tinha uma roça de milho ali e botaram a estação de Rocinha. E ficou. Mas na rua principal de hoje, era a estrada municipal que comunicava São Paulo com o interior. E a cidade começou a crescer em torno daquela estrada. Então hoje é 9 de Julho a rua principal. Tudo foi começando a crescer ali, tinha armazém, enfim, tudo o que era comércio foi crescendo ali naquela rua” (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Em 1958, quando se comemoraram 50 anos da elevação de Rocinha a distrito de paz, o jornalista Medeiros Júnior assinou algumas reportagens especiais sobre a história da cidade nas quais entrevistava alguns moradores antigos. De acordo com esses informantes, a história do município confunde-se com a história da Fazenda Cachoeira, propriedade dos Barões de Arari, da família Monteiro de Barros. No trecho que se segue, pode-se notar imagens de um passado agrícola do município, das frutas que se produziam antes e que não se vêem mais.

“Estamos aqui diante da própria história de Vinhedo. Estamos abrindo um velho baú de madeira, que pertenceu ao velho Manoel Matheus. A surpresa do que surge para os nossos olhos, quasi nos encanta. E, vamos tendo a certeza cada vez maior de que a velha rocinha desmembrara-se da Fazenda Cachoeira e que os verdadeiros fundadores da cidade são mesmo os Barões de Arari, da Família Monteiros de Barros. O Dr. Manoel está ao nosso lado. (...) E Dona Bibi nos vai contando que a nossa terra produziu frutos gostosos, de uma gostosura incalculável. As laranjas baianas tinham um tamanho descomunal e eram doces como açúcar. Os abacaxis produzidos eram qualquer coisa de belos e doces. Contávamos então com numerosos pés de laranjas, vastas

plantações de abacaxis, melancias, etc. O Dr. Matheus ainda lembra que no seu tempo de menino, chegou a ver os frutos magníficos que a nossa terra produziu” (O Vinhedense, 20 de Julho de 1958, p.1).

Vera Lúcia Rodrigues considera que a história da fazenda Cachoeira pode ser um bom começo para entendermos as transformações do município. Segundo seu entendimento, *“a história da Fazenda Cachoeira exemplifica o que aconteceu com o mundo rural de Vinhedo. A Fazenda Cachoeira pertence a Dona Leontina Monteiro de Barros Swelles, que a herdou da avó aos treze anos. A fazenda tinha então cerca de 240 alqueires. Ressalte-se que a venda de terras faz parte da história de vida de Dona Leontina, que completou em setembro de 2001 cem anos. De família aristocrata - é filha do Barão de Arari e da baronesa de Arari -, viveu grande parte da vida passando longas temporadas na Europa para fugir do escaldante verão brasileiro. Sua prioridade tem sido garantir seu conforto e sua tranqüilidade (...). A dificuldade de se continuar produzindo, aliada à especulação imobiliária, fez com que a opção no que se refere à Fazenda Cachoeira fosse a venda constante de glebas”* (Rodrigues, 2001:64-66).

Retomando as reportagens sobre a antiga Rocinha, vale a pena reproduzir o longo relato do Velho Corazzari.

“Cheguei aqui em 1888, um mês após a libertação dos escravos. Lembro-me de que, na minha chegada, avistei dois troles que levavam passageiros para Itatiba pela mesma estrada que passa hoje pela caixa D'água, de Campinas. Atrás, um preto montado em um cavalo transportava para aquela cidade um volume de correspondência. Era a vida simples de então. As casas existentes eram poucas. (...) As mesmas casas que existem até hoje em frente à estação existiam naquele tempo. Uma delas era uma venda do Joaquim Magalhães, vulgo Dito Figurão. (...) Mais acima, uma única casa da Vila Santa Cecília, a mesma por onde morou por muito

tempo o Joaquim Rocha Campos e que agora foi demolida. Onde está o Biancalana de hoje existia um botequim com o romântico nome de Príncipe de Nápoles(...) José Corazzari desfila agora os nomes de seus amigos daquele tempo. E, nesse desfile, nós vamos também ficando convencidos de que, ao contrário do que se pensa, não foram somente italianos que aportaram em Vinhedo e cooperaram para sua grandeza, se bem que tenhamos que dar à laboriosa colônia itálica um quinhão maior na construção da nossa cidade. Senão vejamos os nomes, todos alemães ou suíços, principalmente. Gutti, Carlos Mattenhauer; Wonrath; Jacob Hoffman; Walter Blumer; Jacob Eichemberger; Luiz Brisqui; Major Coqui; todos nomes alemães ou suíços. O velho Corazzari não lembra alguns prenomes. Mas lembra outros nomes, mais ligados à colônia italiana, citando seu próprio pai, Luiz Corazzari “(O Vinhedense, 3 de agosto de 1958, p. 4).

O relato de Corazarri é rico em imagens da Rocinha da virada do século: os troles, a venda do Dito Figurão, a estação de trem e as poucas casas da cidade. Acrescentando-se as imagens de Matheus, mais agrícolas, de laranjas - de tamanho descomunal - e abacaxis belos e doces, temos um panorama daquela vida “*simples de então*”.

Devemos notar que a lista de amigos de Corazarri indica que os italianos, apesar de serem muito importantes, não foram os únicos que estiveram presentes na história do município. Alemães, suíços, portugueses - como o próprio Matheus - e os italianos foram os principais grupos de imigrantes presentes nos momentos iniciais de Rocinha. A marcação italiana de Corazarri não é tida como fundamental em seu relato sobre o município. De certo modo, deixa de lado o passado italiano e privilegia a sua história e de sua família após a sua chegada em 1888. Sua referência a amigos alemães e suíços dá-nos a impressão de uma grande convivência com a diversidade étnica, em que pessoas de diferentes regiões e culturas deixavam de lado suas particularidades e assumiam a sua segunda pátria, o Brasil, onde construíam um novo município.

A referência ao botequim Príncipe de Nápoles, contudo, indica que esse passado italiano não foi assim tão esquecido. O “*preto montado em um cavalo*”, possivelmente a serviço da empresa de Correios, sinaliza para uma maior complexidade nas relações raciais do que simplesmente aquela imagem de convivência pacífica entre os imigrantes e os moradores de Rocinha. Ao escolher determinadas figuras ilustres para narrar o passado da cidade, o jornal ofereceu uma versão de sua história na qual os imigrantes, brancos de origem européia, são tidos como os grandes heróis em detrimento de outros grupos sociais, tais como os negros. A esse respeito, veremos no capítulo cinco como essas histórias familiares passam a ser importantes no estabelecimento da identidade das famílias dos agricultores da região.

OS IMIGRANTES NA REGIÃO

De acordo com Elizabeth Filipini, entre o final do século XVIII até a primeira metade do século XIX, a economia de Jundiaí - que até então abrigava Rocinha - girava em torno de algumas fazendas de cana-de-açúcar e, principalmente, em torno do comércio de muares, sendo a cidade um importante centro de preparação de equipamentos e de tropas de animais. Segundo o relato do viajante J. J. Von Tschudi, coletado por Filipini, Jundiaí “*fora uma vila importante e rica, quando nas fazendas e nos arredores se plantava muita cana-de-açúcar. Seus habitantes entretinham um animado comércio de mulas, que compravam ainda selvagens em Sorocaba e as domavam para depois revendê-las, como bestas ou animais de sela. Este comércio proporcionava-lhes bons lucros e além disso fabricavam ótimas selas e arreios*” (Fillipini, 1988:74).

Ingléz de Souza nos oferece um valioso relato sobre a importância da cana-de-açúcar na primeira metade do século XIX na região de Jundiaí.

“O advento do século XIX encontra a paisagem rural de Jundiaí forrada de canaviais, roças de arroz, de feijão, de milho e de trigo, os campos povoados de gado e eqüinos, nos quintais a fartura de porcos e galinhas. Flagrante autorizado desse quadro de fartura campesina, dá-nos, em tintas

sugestivas, Luiz D'Alincourt em sua 'Memória'. Visitando Jundiaí em 6 de setembro de 1818, assim se exprime o solerte engenheiro lusitano: 'o açúcar, a aguardente, o toucinho, são os principais gêneros de exportação. Colhe-se milho em quantidades, arroz, legumes de várias qualidades e especialmente feijão, fazem farinha de mandioca, plantam algum trigo e criam gado vacum e cavalar. Há no termo perto de quarenta engenhos, entrando neste número os de aguardente...', ressaltando a notável atividade tropeira que caracterizava Jundiaí, donde anualmente saíam de oitocentas a mil bestas" (Inglez de Souza, 1959:124).

De acordo com fontes coletadas por Elisabeth Filipini, esse cenário se transforma em 1860, momento em que *"as terras se achavam depauperadas, o comércio de muares diminui sensivelmente e a indústria de selaria se extinguiu..., a localidade perdeu todo o brilho dos tempos passados. Metade das casas não eram habitadas, seus donos as visitavam apenas aos domingos, quando vinham de seus sítios à vila para assistir à missa"* (Filipini, 1988:74). A região iria reencontrar sua pujança no último quartel do dezenove graças à expansão da cultura cafeeira, concomitantemente, à construção de novas ferrovias.

Na interpretação do historiador Sérgio Buarque de Holanda, o avanço da cultura cafeeira, nos moldes que se observou a partir do final do século XIX no estado de São Paulo, só foi possível se levarmos em conta dois fatores: a construção das ferrovias e o trabalho imigrante. Em relação ao primeiro, seria impraticável, na avaliação do historiador, o estabelecimento de novas lavouras enquanto só se pudesse contar com as tropas de animais para o produto. *"No entanto, é justamente em 1860 que principia a construção da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí, que, abreviando o tempo de percurso e tornando menos oneroso o transporte, facilitaria o desbravamento de áreas excepcionalmente férteis. Concluída*

a linha em 1879, e tendo a São Paulo Railway renunciado ao propósito de prolongá-la para além de Jundiaí, uma vez que sua própria zona privilegiada já lhe proporcionaria, sem esforço e dispêndio maior, uma parcela apreciável dos lucros resultante do transporte de todo o café produzido no Oeste paulista, deliberou o governo provincial recorrer a fazendeiros e homens de negócio para levar avante uma empresa de que seriam eles os maiores beneficiários" (Holanda, 1972:5-6). A empreita, isto é, o prolongamento da ferrovia, inicialmente até Campinas e depois para o interior do estado, afetou diretamente a vila de Rocinha. Em 1872, foi inaugurada a estação de trem da Companhia Paulista de Estrada de Ferro na vila.



Estação de Trem de Vinhedo (2002)

Vale a pena observar, no relato do historiador, como a produção e o comércio do café foram beneficiados pelo prolongamento da ferrovia. *"A vantagem resultante só do trecho entre Jundiaí e Campinas patenteava-se ante a consideração de que o custo de transporte por arroba era então orçado, no mínimo, em 440 réis, ao passo que, feita a via férrea, o preço ficaria reduzido a um máximo de 140 réis, e isso significaria para o produtor uma economia de 300 réis por arroba, e não foi difícil reunir-se um grupo de capitalistas dispostos a tomar a seu cargo o empreendimento. Iniciada a construção em 1870, com bitola igual à de Santos a Jundiaí - 1m60 - já em 1872 os trilhos da Companhia Paulista chegavam até*

Campinas. Tão altos e promissores se revelaram os proveitos que a estrada não parou nesse ponto: em 1875 alcança Limeira, em 1876 Rio Claro, em 1877 Araras, em 1878 Pirassununga. Em 1885, finalmente, vai atingir as beiras do rio Mogi-Guaçu em Porto Ferreira” (Holanda, 1972:6).

A iniciativa de particulares da terra em assumirem a empreita de prolongar a ferrovia, dado o desinteresse da companhia *São Paulo Railway*, foi saudada com entusiasmo na época. O bom resultado alcançado pela Companhia Paulista influenciou a formação de outras empresas, com objetivos e composição semelhantes, tais como a Mogiana, a Ituana e a Sorocabana. A título de ilustração, em 1870 o Estado de São Paulo tinha 139 km de trilhos. Após vinte anos, em 1890, este número eleva-se para 2.425 km (Cf. Morse, 1970:229). Para os nossos objetivos, interessa-nos frisar que a construção da estação de trem de Rocinha insere-se dentro desse processo mais amplo de fortalecimento da cultura cafeeira, lado a lado com a expansão da rede ferroviária estadual.

Dado o impulso que a cultura cafeeira recebeu a partir da construção das ferrovias, juntamente com os crescentes lucros que o casamento entre essas duas atividades gerou, não demorou a faltar braços para trabalharem nas lavouras de café. Não podemos esquecer que uma tradicional fonte de suprimento de mão-de-obra, o mercado de escravos, já estava em declínio desde a segunda metade do dezenove e foi, pelo menos do ponto de vista formal, extinto em 1888. Aos olhos de hoje, chegam a ser hilariantes algumas proposições da época para resolver a escassez de mão-de-obra: “*Entre as propostas mais curiosas para a solução do problema da penúria de braços pode citar-se a de um político e escritor que chegou a sugerir com toda a seriedade a domesticação de macacos. Os quais, depois de devidamente adestrados, poderiam eficazmente auxiliar o plantio e a colheita do café. A própria extravagância da idéia serve para mostrar, entretanto, a que extremos podia chegar a aflição dos interessados*” (Holanda, 1972:7).

O recurso ao trabalho de imigrantes, nesse sentido, passa a ser uma alternativa viável dentro desse cenário de falta de mão de obra que assombrava a cafeicultura paulista do último quartel do dezenove. É preciso considerar que o aporte de imigrantes para o

oeste de São Paulo teve algumas características que o distinguem se levarmos em conta a entrada de imigrantes em outros estados, sobretudo Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Diferentemente do que ocorreu nestes estados, a maior parte dos imigrantes que veio para o oeste de São Paulo não se dirigiu aos núcleos coloniais, onde o imigrante recebia uma propriedade. Embora houvesse algumas importantes exceções, tais como veremos em Jundiá, a maior parte dos imigrantes que chegou a São Paulo veio trabalhar como assalariado nas fazendas de café. Na avaliação de Sérgio Buarque de Holanda, “*o rápido desenvolvimento da viação férrea, estimulando a formação do cultivo do café em grandes propriedades, só permitia, no momento, o apelo ao trabalhador assalariado, mesmo porque as terras apropriadas para o cultivo e situadas ao alcance, ou a pouca distância, das ferrovias já tinham donos e, quando os não tivessem, a importação de trabalhadores, condicionada à doação ou à distribuição de lotes de terras em grande escala, se tornaria ao cabo impraticável, por exceder aos recursos disponíveis não já pelos particulares como pelos próprios cofres públicos. Nem haveria tempo para uma reforma nos sistemas tradicionais que associaram a cafeicultura à grande propriedade*” (Holanda, 1972:8). Essa peculiaridade da imigração para o oeste paulista fez o historiador observar que esse processo se aproximava, em muitos pontos, ao de uma empresa capitalista de estilo mais moderno.

Devemos ter em conta, entretanto, que para José de Souza Martins a suposição de que o trabalho assalariado nas fazendas de café do oeste paulista sinalizariam condições históricas para que a mentalidade do fazendeiro se transformasse em mentalidade capitalista é empiricamente improvável (Cf. Martins, 1986:67). Isto porque a expansão do capital cafeeiro tinha uma procedência não-capitalista dada pelo tipo de relação de trabalho que estabeleceu-se entre o fazendeiro e o colono. De acordo com seu julgamento, a expansão econômica do café vi-à-vis ao trabalho imigrante só foi possível porque coube ao Estado, a partir de políticas subvencionadas pela província de São Paulo, arcar com custos das despesas de imigração (transporte, alojamento, entre outros), e assegurar um fluxo contínuo de trabalhadores sem o menor dispêndio de capital por parte dos fazendeiros.

Assim, considera o sociólogo, “*sob essas condições, a formação de fazendas transformou-se num novo e grande negócio. Além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir; também, fazendas de café*” (Martins, 1986:68).

No tocante à formação das fazendas de café, considera Martins que um proprietário podia recuperar todas as despesas monetárias já na safra seguinte ao recebimento do cafezal por parte do colono (ibidem:72). Isto era possível porque na formação de um novo cafezal, já sob regime do colonato, somente na aparência havia uma relação capitalista de compra e venda da força de trabalho livre. Cabia ao colono e a sua família a formação do cafezal. Quando o mesmo era entregue ao fazendeiro, normalmente num prazo de seis anos, o colono recebia uma quantia em dinheiro que serviria para repor o dispêndio monetário nos anos de formação. Para o colono interessava o momento da formação porque ele poderia usufruir neste período de tempo das terras plantando, em regime consorciado, gêneros alimentícios os quais eram utilizados para o autoconsumo ou vendidos. O colono, além disso, também tinha o direito a usufruir da colheita do café no período da formação (a partir do quarto ano já se obtém pequena safra). Vê-se, assim, que o fazendeiro obtinha um novo cafezal com um mínimo de dispêndio e com possibilidades futuras de usufruí-lo a taxas de lucro elevadíssimas.

Depreende-se pela interpretação de Martins que “*quanto mais o colono trabalhava para si mesmo - duplicando a jornada de trabalho, subtraindo os filhos à escola, antecipando a exploração do trabalho infantil, intensificando o trabalho de sua mulher pela sua absorção no cafezal - mais ele trabalhava para o fazendeiro*” (Martins, 1986:86). Tal fato só pôde ocorrer em condições históricas específicas, no regime de colonato, porque os trabalhadores nessa ordem viviam uma ilusão específica “*de que o que entregava ao fazendeiro sob a forma de café era o tributo que pagava para trabalhar para si próprio*” (Martins, 1986:92).

Isto posto, se seguirmos a linha interpretativa de Sérgio Buarque de relacionar a expansão do café, a expansão das ferrovias e a imigração, veremos que em 1886 foi fundada por um grupo de fazendeiros paulistas - alguns, como Martinho Prado Júnior, já tinham sido

fundadores da Companhia Paulista de Estrada de Ferro - a Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo. Esta Sociedade acabou tendo um papel decisivo no processo de expansão da imigração no estado de São Paulo. Se levarmos em conta apenas os imigrantes italianos, Lucy Hutter demonstrou que, entre 1882 e 1886, o número de imigrantes italianos que deram entrada na hospedaria de imigrantes em São Paulo cresceu de 2.015 para 5.723. Em 1887, já sob a influência da Sociedade Promotora de Imigração, este número passou para 29.413, atingindo 79.751 em 1887 e 20.154 em 1889 (Cf. Hutter, 1972:159). Durante o período de sua duração, pouco mais de 5 anos, a Sociedade foi diretamente responsável pelo ingresso de cerca de 118.000 italianos, de acordo com Inglês de Sousa (1959:102).

Descreve Hutter que os imigrantes italianos, quando chegavam ao porto de Santos, eram encaminhados para a hospedaria de imigrantes em São Paulo e posteriormente levados para as fazendas de café, onde eram contratados, ou para os núcleos coloniais onde adquiriam um lote de terra. Vimos que a maioria dos imigrantes italianos da época dirigia-se para a lavoura cafeeira e não para os núcleos coloniais. Como bem observa esta autora, apesar de ter recebido uma menor quantidade de imigrantes, os núcleos coloniais oferecem uma documentação disponível para o historiador interessado nos processos migratórios, o que muitas vezes não ocorre nos registros particulares das fazendas.

Na região de nosso interesse, um importante Núcleo Colonial foi estabelecido em 1887. Trata-se do Núcleo Colonial Barão de Jundiá. Apenas três anos após a instalação do Núcleo, em 12 de outubro de 1890, o jornal *Cidade de Jundiá* publica uma matéria elogiosa a seu respeito. Há, também, a referência à cultura da uva, que começa a despontar na região.

“É fora de dúvida que um dos principais focos d’onde emana notável progresso para este município é o núcleo colonial Barão de Jundiá (...). A cultura da uva tem allí merecido especial atenção dos colonos, e a safra deste ano promete ser abundantíssima, o que certamente se repetirá nos anos subsequentes, em vista do

alargamento das plantações. O plantio de cereais é da mesma maneira trabalhado com meticoloso zelo, esperando-se enorme colheita para o próximo ano” (Fillipini, 1988:75).

Um depoimento colhido por Fillipini, o de D. Maria Chiaramonte Bianchini, neta de um irmão de um dos primeiros colonos do Núcleo, torna-se interessante exatamente porque ilustra como foi a vida dos primeiros imigrantes que vieram para a região. Os moradores do Núcleo Colonial eram, em muitos casos, os primeiros de uma série de outros, os quais, aproveitando-se do contato e das facilidades junto aos primeiros residentes, para lá dirigiam-se a fim de, posteriormente, estabelecerem-se em outros locais. O avô de D. Maria, por exemplo, chegou ao Brasil em 1894 mas, quatro anos antes, seu irmão já havia se instalado no Núcleo. No começo, todos residiram no Núcleo, mas depois compraram seu próprio sítio.

“A família resolveu vir para cá. Depois, os imigrantes que vieram junto fizeram o mesmo sacrifício que eles faziam. Aqui, meu pai trabalhou com o engenheiro para dividir as terras naquela época... Fizeram [os imigrantes] um esforço, compraram uma ‘colônia’ (um lote) que era de quatro alqueires. Era tudo sítio! Meu avô comprou de segunda mão aqui. Naquela época, pagaram quatro contos de réis... Eles trabalhavam muito. Depois, porque a vida era difícil e, para, pagar os dois contos..., então, meu pai, com um compadre, precisou sair daqui para trabalhar numa fazenda perto de Campinas, na Fazenda Santa Gertudres. Saíam daqui às segundas-feiras! Coitada da minha avó, fazia pão pra eles pra passar a semana. O meu pai ficava fora a semana toda..., levava comida e fazia comida lá. Iam ele e outros companheiros da Colônia mesmo! Em Campinas, trabalhavam em tudo... O meu pai ia trabalhar fora pra poder pagar o terreno. Depois, ele trabalhou com a carroça na praça, em Jundiá mesmo. Eles sofreram! Mas devagarinho trabalhando, venceram!” (Fillipini, 1988:75-78).

Compreende-se, através deste relato, que a imigração não pode ser considerada como simplesmente o deslocamento de pessoas e suas respectivas famílias de, digamos, um ponto A para um ponto B previamente determinados. São processos complexos e criativos que envolvem uma série de fatores, tais como rearranjos familiares, vínculos estabelecidos no local de destino, condições econômicas e sociais entre outros. A esse respeito, Ellen Woortmann (1995), comentando sobre a imigração alemã no sul do país, descreve com extrema clareza as diferentes estratégias que permeiam os deslocamentos migratórios. De acordo com esta autora, a emigração nem sempre conduzia ao local de destino definitivo. Muitas vezes, grupos de parentesco se dividiam por diferentes países para depois se reagruparem no lugar mais favorável. Em outras situações, quando as condições da primeira instalação eram consideradas insatisfatórias ou insuficientes para abrigar todos os familiares, o deslocamento original era o primeiro de outros até que se achasse o local definitivo. Veremos, no capítulo seis, como esses rearranjos familiares também foram observados nos deslocamentos que envolveram os caseiros da região.

A CULTURA DA UVA NA REGIÃO

Em seu *Origens do Vinhedo Paulista*, Inglez de Souza considera que, embora a viticultura paulista tenha se iniciado no século XVI, quando Martim Afonso de Sousa trouxe “para as terras pátrias o bacelo da parra”, ela se torna comercialmente importante somente no século XIX. Segundo este autor, um fator responsável para o impulso da viticultura em São Paulo foi a introdução da variedade *Isabel*, que chega ao estado no começo do dezenove e passa a ser cultivada nos arredores da capital. No decorrer do século XIX, a maior parte da viticultura paulista concentrava-se em torno da capital. O interior somente tornou-se importante, em termos comerciais, a partir do século XX.

Na região de Jundiá, a primeira referência à cultura da uva como sendo algo significativo pode ser

vista no relatório apresentado, em 31 de dezembro de 1887, pela Comissão Central de Estatística ao Presidente da província. Nele, podemos notar que, embora o café dominasse o cenário agrícola do município, a cultura da uva já era incipiente: “a principal lavoura do município é a do café, de que faz uma exploração média anualmente de 2 milhões de quilos. A cultura da vinha vae-se desenvolvendo no município, contando-se já algumas pequenas propriedades agrícolas dedicadas exclusivamente a esse gênero de lavoura. Já tem ensaiado com optimo resultado a fabricação de vinho” (Inglez de Souza, 1959:125).

Embora possamos encontrar essa referência, Inglez de Sousa afirma que “a viticultura, em proporções dignas de menção, só surge em Jundiá após a fundação, em 24 de setembro de 1887, do Núcleo Colonial Barão de Jundiá” (Inglez de Souza, 1959:127). A chegada dos imigrantes, portanto, foi um fator decisivo para impulsionar a cultura da uva.

No decorrer do século XX, a cultura da uva tornou-se a atividade mais importante da região. Dois fatores contribuíram para essa transformação. Em primeiro lugar, a introdução de novas variedades da uva, tais como a Seibel 2, a Niagara Branca e posteriormente a Niagara Rosada que substituíram em importância a variedade Isabel.

Em segundo lugar, o enfraquecimento da cultura do café na região.

“Primeiro, as terras declivosas do município, que rapidamente caminharam para o empobrecimento, forçando o abandono dos cafezais, que encontravam nas terras roxas da oeste e arenosas da Araraquarense melhores elementos de prosperidade. O segundo fator foi a geada de 1918, que liquidou a maior parte dos cafezais. Os golpes de misericórdia se seguiram: a broca em 1923 e a dura crise econômica de 1929. Os homens do café tornaram-se viticultores” (Inglez de Souza, 1959:139).

Somente na década de 30, com o aparecimento da variedade Niagara Rosada, até hoje a principal

produzida na região, é que a cultura da uva experimentou uma expansão notável em sua produção e comercialização. Ademais, por ser uma variedade formada na região, a Niagara Rosada é motivo de orgulho dos produtores e histórias sobre o seu aparecimento povoam o imaginário de suas conversas.

De acordo com Inglez de Souza, “em 1933 apareceu, em Louveira, na vinha de Antonio Carbonari, uma cepa de Niagara Branca, ostentando em alguns pampas maravilhosos cachos de bagas vermelhas e que foram descobertas pelo viticultor Aurélio Franzini. Nascera, assim, por mutação somática, a Niagara Rosada, que se tornaria a uva de mesa mais cultivada do estado” (Inglez de Souza, 1959:139). No relato de alguns viticultores a que tive acesso, é dito que seus pais lhes contaram que o primeiro cacho de Niagara Rosada apareceu nas vinhas de Aurélio Franzini, mas o velho Carbonari, sorrateiramente, as furtou e disse que tinha sido produto de suas terras. Mas esta versão é também contestada por alguns agricultores.

“O Carbonari tinha muita plantação de uva e a própria natureza se incumbiu de, no pé de uva branca, soltar um ramo de uma uva que ficou rosada. Isso é genética da própria natureza, sei lá, pulverização de algum inseto, sei lá como apareceu. Ele foi muito ativo, porque o que ele fez? Ele marcou aquele galho e, quando chegou a época da enxertia, ele pegou aquele galho e enxertou um pé. E aquele pé passou a produzir uva rosada. E daí ele foi expandindo. Então nasceu na mão dele. Hoje o Carbonari tá na quinta geração de uva. (...) Seja do modo que for contado, é verdadeiro, apareceu. Mas não é só com a uva rosada que aconteceu isso. Na uva Itália, tem hoje a uva Itália que é a branca, tem a uva Rubi, tem a uva Benetac, tem a uva Brasil, todas foram descendentes da uva Itália. Nasceu no meio. (...) É tudo obra da natureza” (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Controvérsias a parte, o fato é que “a Niagara Rosada conquistou o mercado paulistano e, em 1939,

invade o carioca com grande sucesso.” (Inglez de Souza, 1959:141). Na década de cinquenta, a cultura da uva já era o principal produto de Vinhedo.

“Vinhedo, cujo nome é representado pela sua principal cultura, ‘uva de mesa’, com seus 7 milhões de pés divididos na maioria entre pequenos agricultores, é um fator decisivo na economia do município. O produto que de ano para ano vem aumentando e é exportado para alguns estados do país. Este ano a produção foi das maiores, devendo atingir 1.700.000 caixas, num total aproximadamente de noventa e cinco milhões de cruzeiros, pois o preço obtido foi bom. Ouvindo alguns produtores, soube-se que no próximo ano é intensão (sic) modificar o sistema de venda, ampliando para o interior do estado, onde alcançará melhor preço. Amanhã por ocasião da ‘Festa da Uva’ os expositores brindarão o público, apresentando seus magníficos produtos” (Folha de Vinhedo, 16 de janeiro de 1952, p. 4).

Tão importante era o cultivo da uva que, no momento da emancipação política de Jundiaí, em 1949, dos quatro nomes selecionados para a denominação da nova cidade, três se referiam especificamente a tal cultivo: Vinhalândia, Videral e Vinhedo. O quarto nome, Arariúna, referia-se ao processo de ocupação do município cuja origem remonta à Fazenda Cachoeira de propriedade do Barão de Arari (Cf. Histórico do Município de Vinhedo, 1999:2).

“Mas o que puxou mais [o desenvolvimento da cidade] foi a plantação de uva, porque todo o proprietário vivia da uva. A economia do município era só uva. E só uva de mesa. A uva de vinho acabou. Ninguém mais fazia vinho. Só fazia 100, 200 litros para o gasto da família. Transformou tudo em uva de mesa. Com exceção dos fazendeiros, que tinham muita terra, eles ainda tinha lavoura. Mas mesmo os fazendeiros plantavam uva. Foi aí quando se desligou o distrito de Rocinha de Jundiaí. Houve um plebiscito e

arrumaram três nomes. Não estou lembrando o nome que era. Mas pelo nome de plantação de uva, escolheram Vinhedo. Eficou Vinhedo” (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Em relação ao tamanho das propriedades, podemos dizer que a cultura da uva era desenvolvida em pequenas e médias propriedades, tal como pode-se depreender no trecho abaixo.

“Um matutino paulistano, alinhando considerações de ordem estatística em torno da produção vitícola do Estado, referiu-se ao produtor de uvas como sendo um homem feliz. Feliz, porque vive sem grandes preocupações de ordem financeira, dado que a produção de uvas, anualmente, satisfaz e proporciona meios para o viticultor viver relativamente feliz. De modo geral, não sabemos se esta afirmação corresponde à verdade, de vez que, não conhecendo todos os municípios produtores de uvas, não podemos afirmar até onde vai esta felicidade que é latente no município de Vinhedo. Dizemos isso porque, possuindo Vinhedo para mais de 300 pequenos agricultores, são tantas as famílias que usufruem os benefícios proporcionados pela produção dos vinhedos. Aqui, não existe praticamente o latifúndio, a terra está distribuída equitativamente, ou não, entre um número considerável de lavradores” (Folha de Vinhedo, 11 de março de 1953, p. 3).

Note-se, ademais, a menção ao viticultor da época como sendo aquele que não tem muito do que reclamar. Os preços obtidos com a venda da uva proporcionavam uma vida tranqüila para as 300 famílias que dependiam do produto. A uva, além disso, representava o município e ver o nome de Vinhedo estampado nas caixas de uvas que percorriam São Paulo e outros estados era motivo de orgulho. O próprio periódico, entretanto, apresenta diversas dificuldades para o cultivo da uva, tais como as relacionadas aos

atravessadores, aos problemas concernentes às intempéries climáticas, à falta de crédito, à escassez de mão-de-obra - notadamente as condições de trabalho dos colonos - e aos riscos advindos de uma economia baseada na monocultura. Em síntese, o jornal, ao retratar matérias que apresentam as virtudes e os problemas da agricultura de Vinhedo dos anos cinquenta, indica a complexidade que esta atividade apresentava naquele momento. De um lado, uma sofisticada rede de produção, seguro, distribuição e aferição da qualidade do seu principal produto, a uva. A qual, além disso, estava profundamente associada à imagem do município a ponto de vermos protestos quando a origem do produto era negligenciada ou se um produtor, mais ganancioso, tentasse vendê-la verde. De outro lado, problemas preocupantes: êxodo rural, escassez de mão de obra, dependência da monocultura e exploração do trabalho.

A EMANCIPAÇÃO DE JUNDIAÍ

Vejamos como foi o processo de emancipação administrativa de Vinhedo de acordo esta matéria extraída da *Folha de Vinhedo* de 1951, quando se comemorou o terceiro aniversário da cidade.

“Todos estão lembrados do plebiscito que deu a Vinhedo a tão desejada emancipação. Foi a 24 de outubro de 1948, e a vitória dos que queriam a autonomia da outrora Rocinha foi tão esmagadora que os poucos votos dados com a cédula “não” nem sequer [sic] foram tomados em consideração pelo povo. Realizado o plebiscito esperamos pelo dia da instalação do município, que afinal veio a 1 de janeiro de 1949. A sede do Rocinhence serviu como local da solenidade, que foi presidida pelo secretário da prefeitura de Jundiaí, Snr. Plínio Luiz Martins Bonilha, devido à impossibilidade da presença do Snr. Dr. Vasco Antonio Venchiarutti, então prefeito municipal.” (Folha de Vinhedo, 12 de janeiro 1951, p.1).

É plausível supor que a emancipação política de Rocinha não tenha sido tão amigável, uma vez que o novo dirigente da cidade foi empossado pelo secretário da prefeitura de Jundiaí e não, como seria de se esperar, pelo próprio prefeito. Devemos ter em mente que a emancipação de Vinhedo representou algumas perdas para Jundiaí, tanto em termos da arrecadação municipal como da dimensão territorial e política.

Embora tenha sido formalmente constituído em 1 de janeiro de 1949, o município ficou sob a administração de Jundiaí até o dia da posse dos novos prefeitos e vereadores, 2 de abril de 1949, data esta considerada oficialmente como sendo o aniversário da cidade. Vinhedo, é preciso ressaltar, surge a partir de um grande acordo entre as suas lideranças políticas. As duas primeiras administrações, por exemplo, foram exercidas pelo mesmo grupo liderado por Abrahão Aun, o primeiro prefeito. Na impossibilidade de reeleger-se, Aun tornou-se o presidente da Câmara dos Vereadores na segunda legislatura. O prefeito que o sucedeu, Mário Pescarini, foi também candidato de chapa única e recebeu grande influência do grupo ligado à Abrahão Aun.

O acordo entre as lideranças foi tido como fundamental para a cidade progredir. Deixar as divergências de lado e trabalhar em prol do progresso era a palavra de ordem no momento seguinte à emancipação. Esta deve ser vista dentro de um cenário mais amplo de redivisão territorial e administrativa do Estado de São Paulo. Na década de cinquenta, havia um dispositivo constitucional que previa a revisão da divisão territorial e administrativa do estado de cinco em cinco anos, e isso, sem dúvida, facilitou o processo de emancipação política de Vinhedo (Cf. *Folha de Vinhedo*, 20 de maio de 1952, p. 4). No bojo desse processo, veio junto a consolidação de uma elite local, a qual passa a encarregar-se de dar a Vinhedo edificações e um modo de vida mais urbano - construção da Santa Casa, da Matriz, de postos de assistência à criança, etc. -. É uma elite que doa, mas ao mesmo tempo quer ver o seu nome escrito na história do município.

O PROGRESSO: DESTRUIÇÃO CRIATIVA

Hoje em dia, se analisarmos o material publicitário dos condomínios da cidade, podemos notar que, além da segurança que um tipo de residencial nesses moldes oferece, a atração para morar em Vinhedo também passa pela definição de uma certa qualidade de vida oferecida pela cidade. Seu clima, sua infraestrutura, seu povo e sua localização - perto dos grandes centros - são características utilizadas para valorizar os empreendimentos imobiliários em Vinhedo.

Se analisarmos os jornais dos anos cinquenta, perceberemos que a exaltação de uma certa qualidade de vida não é algo tão novo como poderia parecer à primeira vista.

“No outro dia que aqui estive de passagem distinto cidadão proprietário de um sítio para repouso, localizado entre Itatiba e Campinas. Viera atraído pelas notícias da realização da magnífica festa da uva. Desejava conhecer a sede de nosso município, os seus homens, as suas indústrias e os detalhes sobre o cultivo de frutas. Percorreu alguns sítios e fazendas ficando satisfeitíssimo (...) Após visitar as pequenas indústrias, tivemos o prazer de levá-lo a conhecer a grande fábrica de tecidos Sant’ana. (...)’A saída, no pátio fronteiro, o nosso visitante declarou-nos: - Tenho viajado inúmeras vezes pela Paulista, de Campinas ou de Valinhos para São Paulo e, francamente, não fazia uma idéia de que Vinhedo fosse a cidade magnífica que acabo de visitar; pensei tratar-se de um povoado subordinado a esta grande indústria. Mas, diante do que me foi dado ver, ou seja um cidade limpa, com água e esgoto, ruas e avenidas espaçosas, clima excelente e habitada por gente hospitaleira, levo daqui a melhor das impressões. E, antes de se despedir dos circunstantes, o nosso amigo, fixando o eucaliptal fronteiro, exclamou: Ah! É por isso que, das vezes que por aqui tenho passado, de trem, com destino a São Paulo, não divisava a bela sede do

município de Vinhedo! E é lamentável - E por quê? Caro amigo - interrogou um dos nossos companheiros - Porque como na Rússia Soviética, que não pode ser vista por estar detrás de uma “cortina de ferro”, a sua formosa Vinhedo não é conhecida porque está encoberta por uma “cortina verde”” (Folha de Vinhedo, 20 de março de 1952, p. 1).

Considero importante a impressão do “distinto cidadão” porque esta revela algumas características do município que, malgrado os mais de cinquenta anos que a separam do presente, parecem bastante atuais. Começamos pela atração do município via turismo e sua relação com a agricultura. O ilustre cidadão, não podemos esquecer, veio conhecer Vinhedo atraído, primeiramente, pela Festa da Uva. Mas Vinhedo não é apenas agricultura. Foram mostradas também pequenas e grandes indústrias ao visitante. Por fim, a cidade o seduziu pelo seu clima, por ser limpa, urbanizada e por ter um povo hospitaleiro. O que, então, estaria faltando à chamada “Jóia da Anhangüera”?

É esse ponto que parece digno de nota. O visitante sugeriu que fosse retirada a “cortina verde” de eucaliptos que impedia a visão plena do município para os de fora. A “Jóia da Anhangüera” estava lá, mas ninguém a estava vendo! Era preciso revelá-la aos visitantes. Destruir a cortina verde, como sugere o forasteiro, era o preço que a cidade teria que pagar para poder ser vista, para, em suma, poder progredir.

Ao propor a derrubada da “cortina verde”, como não lembrar da sugestiva imagem de “destruição criativa” proposta por David Harvey como forma de melhor compreender a modernidade e as conotações de progresso a ela atribuída. Para este autor, a modernidade não somente representou uma ruptura com as condições históricas precedentes, como também pode ser caracterizada por processos interruptos de rupturas e fragmentações internas. Dentro desses processos internos, aqueles caracterizados como “destruição criativa”, presentes em muitos projetos de reformulação urbana, são exemplos em ação dessa tensão que a distingue. Diz-nos esse autor:

“A imagem da ‘destruição criativa’ é muito importante para a compreensão da modernidade, precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pela implementação do projeto modernista. Afinal, como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes? Simplesmente não se pode fazer um omelete sem se quebrar os ovos, como o observou toda uma linhagem de pensadores modernistas de Goethe a Mao” (Harvey, 1994:26, grifos meus).

Tomemos, como exemplo, a reformulação urbana da cidade de Paris ocorrida na segunda metade do século XIX. Para que os bulevares de Haussmann pudessem ser construídos, foi necessário pôr abaixo as velhas e miseráveis habitações medievais, ou, utilizando a metáfora de Harvey, foi necessário “quebrar os ovos” para que o novo pudesse ser construído. Tão forte seria esse impulso, ao mesmo tempo destrutivo e criador, que Marshall Berman o sintetiza da seguinte forma: *“Considerando-se a rapidez e a brutalidade do desenvolvimento capitalista, o que realmente surpreende não é que uma parte tão grande de nossa herança arquitetônica e urbana tenha sido destruída, mas sim que ainda reste alguma coisa a preservar”* (Berman, 2001:131).

Entretanto, é o próprio Berman quem observa que aquilo que foi destruído, num primeiro momento, pode reaparecer posteriormente. Se, inicialmente, os bulevares de Haussmann expulsaram os pobres e miseráveis de suas tradicionais habitações, as calçadas largas que cortavam a cidade também permitiram aos pobres caminhar sobre elas. Haussmann, de maneira involuntária, quebrou a crosta do mundo que dividia hermeticamente os ricos e os pobres e permitiu para estes últimos uma maior visibilidade, tanto física como social (Cf. Berman, 1990:148-149).

É importante considerar que a derrubada da “cortina verde”, proposta pelo visitante de Vinhedo, não é a única que pode ser interpretada dentro desse impulso de destruição criativa presente no município. Examinemos este poema, sem autoria, publicado nos anos cinqüenta.

“Calçaram a rua do centro,
Ficou que valeu a pena;
Sumiram as valetas grandes,
Para ficar valetas pequenas.

Suas ruas eram de terra,
Havia muita poeira,
Dentro de pouco tempo,
Calçaram a cidade inteira.

Como tudo se acaba...
Como tudo tem fim...
Arrancaram aquele cercado.
E fizeram um novo jardim.

Quem vê Vinhedo agora,
Chega a torcer o nariz,
Vai sair a Igreja Velha,
Mas já tem nova Matriz.”
(*O Vinhedense*, 25 de maio de 1958, p. 4)

Numa matéria, de autoria de Durval Medeiros Soares, encontramos um outro exemplo da idéia de “destruição criativa” presente nos discursos da época. Além disso, ela pode ser lida como uma premonição do que iria ocorrer no município, sobretudo, em termos de seu desenvolvimento imobiliário.

“Verifica-se com satisfação nesta cidade uma onda febril de progresso. Áreas extensas de terrenos, até ontem esquecidos e abandonados, hoje loteados e arruados, incorporam-se ao perímetro urbano, numa palpitação viva de crescimento. Novas construções de prédios têm aqui surgido, dado ao atrativo que o lugar oferece, como terra da promessa. Rincão de clima ameno, a poucos passos da metrópole e de centros importantes como Campinas e Jundiaí, esta localidade simboliza [sic] qual diamante que necessita apenas do devido polimento, para com seus revérberos, cintilar na constelação brilhante das prósperas cidades paulistas.(...). Contudo, a terra das videiras que reçuma (sic) poesia e doçura ante a magnificência de suas saborosas uvas

e de seu vinho generoso, ressentido-se de um melhor entrosamento com a rodovia Anhangüera. Insuficientemente servida pela ferrovia, com reduzidas paradas de trens, Vinhedo carece de meios fáceis e econômicos de comunidade, a fim de não ficar tolhida em seu desenvolvimento. O ideal mesmo seria a existência de trens subúrbios, entre Campinas e São Paulo e vice e versa, o que traria indubitavelmente notável impulso à cidade menina, visto como inúmeras famílias residentes nesses centros aqui viriam morar, atraídas pela excelência do lugar. Mas, enquanto não se opera tão suspirado milagre, os elementos da terra bem que poderiam organizar uma linha de ônibus, fazendo tráfego mútuo com as empresas "Expresso Brasileiro" e "Cometa" (Folha de Vinhedo, 11 de fevereiro de 1953, p. 3).

Vinhedo, a "Jóia da Anhangüera", era um diamante que necessitava polimento, ou utilizando a fecunda metáfora de Harvey, um ovo prestes a virar omelete. O polimento seria aplicado através do loteamento de terrenos, do fortalecimento da indústria e da melhoria das vias de comunicação da cidade. Era preciso trazer mais gente para o município, seja por intermédio das indústrias ou pela sua localização: "terra da promessa, rincão de clima ameno, a poucos passos da metrópole", dizia o autor da matéria. Se analisarmos sua argumentação, é interessante observar que Vinhedo já reunia características que a credenciavam para um projeto de desenvolvimento: seu clima, sua população, seu nascente parque industrial e, em menor grau, suas videiras que ressumavam poesia. Quando o suspirado milagre ocorresse, isto é, quando Vinhedo tivesse bons canais de comunicação, seria o momento em que "inúmeras famílias residentes nesses centros aqui viriam morar, atraídas pela excelência do lugar". Lembremos, nesse sentido, a matéria anterior que afirmava: "com este promissor futuro, na certa, convergirão para cá, mais e mais forasteiros e a nossa querida Vinhedo os abraçará fraternalmente".

Dáí resulta que atrair mais gente para residir no município já era um projeto que fazia parte dos discursos em torno do desenvolvimento da cidade nos anos cinquenta.

"Muita gente virá trabalhar em Vinhedo e é o caso de perguntar-mos: 'cadê casa'? Nossos capitalistas já podem ir se movimentando, construindo casas para a massa operária" (Folha de Vinhedo, 23 de setembro de 1953, p. 1).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990 [1982].
- FILLIPINI, Elizabeth. *Cem Anos de Imigração Italiana em Jundiaí*. S.l., Estudio RO, 1988.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1994 [1989].
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889); os primeiros contactos do imigrante com o Brasil*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros - USP, 1972.
- HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889); os primeiros contactos do imigrante com o Brasil*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros - USP, 1972.
- INGLEZ DE SOUZA, Júlio Seabra. *Origens do Vinhedo Paulista*. Jundiaí, Prefeitura Municipal (Comissão Executiva da Festa da Uva e Exposição Industrial de Jundiaí), 1959.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo, Editora Hucitec, 1986.
- MORSE, Richard M. *Formação Histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- PIRES, André. *Ruralidades em transformação: caseiros, agricultores e moradores de condomínios*. São Paulo, Ed. Annablume, 2007.
- RODRIGUES, Vera Lúcia. *Os Caseiros de Vinhedo e a Ruralidade*. Campinas, mimeo, 2003.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo-Brasília, Hucitec e Edunb, 1995.

